

# Centrão não aceita votar na terça

## Grupo se articulou para quarta e seria prejudicado pela antecipação

FOTOS: ADAUTO CRUZ



Bernardo Cabral e Carlos Sant'Anna deixam a casa de Ulysses Guimarães defendendo o entendimento

### Governadores apressam a Constituinte

Rio — A Assembleia Nacional Constituinte foi o principal assunto da reunião que os governadores do Rio e de São Paulo tiveram, ontem, no Palácio das Laranjeiras. Segundo Moreira Franco, a Constituinte precisa acelerar seus trabalhos para que o PMDB possa decidir a questão da sucessão presidencial, a escolha do candidato e a campanha eleitoral.

O governador do Rio afirmou que atualmente a grande preocupação dos governadores é a questão econômica e acrescentou que a instabilidade política é fruto da crise econômica. Para ele, a unidade do PMDB é fundamental para que se defina mais detalhadamente o programa do partido.

O PMDB tem um programa, mas é muito genérico. Por exemplo, em real relação à dívida externa, o programa diz que devemos conduzir o problema externo, garantindo a soberania nacional, mas isso é muito amplo. Precisamos definir melhor o que queremos, afirmou.

O governador do Rio defendeu a entrada do problema econômico no debate eleitoral, como uma maneira de evitar que o povo brasileiro tenha que conviver com "pacotes". Afinal, o que é o pacote, senão o cidadão ser pego no escuro e na esquina, sem nunca saber o que vai pagar, como vai pagar, sem ter como calcular o seu orçamento doméstico", afirmou.

O governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, também disse estar muito preocupado com os trabalhos da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte. Segundo ele, a principal preocupação hoje é colaborar para que a Constituinte trate as necessidades do meio social brasileiro. Para Quêrcia, um dos grandes problemas é a questão da estabilidade, que, na sua opinião, não reflete a atual realidade do País.

Na página 8, entrevista com os governadores Orestes Quêrcia e Moreira Franco

# Conservadores têm 300 emendas

O Cabral III, que irá a votação no plenário nos próximos dias, será agora alvo de emendas dos grupos mais conservadores, que consideram o texto xenofóbico, ou estatizante demais, ou até mesmo apenas o produto da predominância de uma corrente mais à esquerda do que o conjunto da Constituinte. O Centrão e o Grupo dos 32, que dedicaram-se na última semana a examinar o projeto constitucional, decidiram apresentar emendas alterando vários artigos, muitos dos quais relativos à Ordem Econômica e Social.

O coordenador dos debates do Grupo dos 32, senador Virgílio Távora (PDS-CE), acha que suas propostas servirão de base para as negociações:

— É o grupo do Bom-senso, interpartidário, e nele se incluem pessoas das mais diferentes tendências, mas com o pensamento voltado para um texto que a seu ver traduza a média das aspirações dos brasileiros. No momento em que se fala de entendimento, o grupo apresenta um material sobre o qual não se pode atribuir origem suscetível de ser impugnada por suspeição — disse o senador.

Távora acrescentou que o grupo não é de confronto para disputar no voto, mas de apoio, idéias e trabalho. Lembrou que cinco dos seus integrantes — ele mesmo e os deputados Konder Reis (PDS-SC), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Adolpho Oliveira (PL-RJ) e Fernando Coelho (PMDB-PE) foram relatores auxiliares ou adjuntos

Porto Alegre — O governador Pedro Simon previu que até quarta-feira, quando será votada a proposta de mudança do Regimento Interno da Constituinte, deverá ocorrer um acordo entre o Centrão e os demais grupos. "Deve haver um

na Comissão de Sistematização. E que 77% do Hércules II, elaborado pelo grupo, foram aproveitados no Cabral II, o que lhe dá uma boa expectativa em relação ao acolhimento, pelo plenário, das 30 a 35 emendas a serem apresentadas.

Também o coordenador do Centrão, deputado José Lins (PFL-CE), está confiante na aprovação das emendas do grupo, que já chegam a 300, mas serão condensadas em no máximo 20. Ele contradiz a interpretação dos progressistas de que o Centrão será um rolo compressor sobre os avanços conquistados na Sistematização, garantindo que o que se pretende é apenas retirar "absurdos" incorporados ao texto como por exemplo, a nacionalização da distribuição dos derivados de petróleo, que chegariam a 20 por cento do Cabral III.

### CONVERGÊNCIAS

Sobre vários temas, o Grupo dos 32 e o Centrão apresentarão emendas com o mesmo objetivo. Ambos querem, por exemplo, suprimir a nacionalização da distribuição dos derivados de petróleo, e a obrigatoriedade de as empresas de mais de 50 empregados reservarem pelo menos 10 por cento dos cargos de seus quadros de pessoal efetivo para preenchimento por maiores de 45 anos.

Os dois grupos concordam também em possibilitar os contratos de risco na hipótese de acordos internacionais, com cláusula de reciprocidade, e em substi-

tuir o texto do Cabral III que garante remuneração em dobro do serviço extraordinário pela redação "serviço extraordinário com remuneração superior, conforme lei ou convenção".

A preocupação comum com o que os grupos qualificam de xenofobia fica evidenciada em pelo menos duas emendas: uma do Centrão, que pretende evitar a discriminação entre empresa nacional e empresa brasileira de capital estrangeiro, e outra do Grupo dos 32, que visa a suprimir a exigência de que o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais sejam efetuados apenas por brasileiros ou empresas nacionais.

Uma das emendas a serem apresentadas pelo Centrão objetiva eliminar o princípio de que o subsolo é bem da União. A proposta visa ampliar o conceito para patrimônio de todos os brasileiros, mas sob controle governamental, com competência para firmar contratos de exploração dos recursos minerais.

Outra preocupação do Centrão é com relação à excessiva estatização no setor de saúde, e também de educação (as verbas públicas só poderão ser destinadas às escolas oficiais). Segundo o coordenador do grupo, deputado José Lins, o Governo já possui 500 empresas, e muitas delas dando prejuízo. "O Cabral III só fez aumentar a presença do Estado na economia, desestimulando a iniciativa privada", afirmou.

Simon ainda defende a permanência do presidente José Sarney até 1989, para que depois seja implantado o parlamentarismo. Para ele, a futura Constituição deverá ser "a média do pensamento de todos nós".

O Centrão não aceita a proposta do presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, de antecipar de quarta para terça-feira a votação das mudanças do Regimento Interno da Constituinte. A informação é do deputado Daso Coimbra (PMDB/RJ), o "homem dos números" do Centrão, principal responsável pela mobilização do grupo.

"Com a antecipação não vamos ter número suficiente em plenário para a votação", explicou Daso Coimbra, que está no Rio de Janeiro mas deixou toda uma equipe de trabalho montada em Brasília cuidando da mobilização para quarta-feira, através de telex e telefonemas a todos os membros do Centrão. Se a votação for confirmada para quarta, Daso Coimbra garante que o grupo vai colocar entre 290 e 300 constituintes no plenário.

Coimbra disse ter sido surpreendido com a notícia da antecipação, sugerida por Ulysses Guimarães, com quem conversara na quinta-feira passada. Ele ainda acredita na possibilidade de entendimento entre o Centrão e as esquerdas e afirmou que a posição do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas — que tem se mostrado arredo à negociação — pode ser o elemento chave do acordo.

"O acordo é possível porque o outro lado já reconheceu que nossa maioria não é só de papel e, sem acordo, pode haver impasse sério", observou. O Centrão estaria disposto a abrir mão de apresentação de emendas por títulos, o que, segundo Daso Coimbra, foi colocada na proposta do grupo para dar margem à negociação, assim como a exigência de parecer oral e conclusivo para as emendas com maioria absoluta. "Isso colocamos só para poder abrir mão de alguma coisa, não vamos fazer e nem vamos fazer emendas por títulos", assegurou.

Um acordo traria, no entanto, conforme o próprio deputado, uma perda de

dez votos para o Centrão. "Existem elementos radicais, uns dez que já avisaram que não votaram conosco se houver qualquer conciliação, com modificação do substitutivo já acertado", informou. Os nomes desses radicais, Daso Coimbra prefere manter em sigilo, porque "ainda vou tentar convencê-los". Mas o deputado garantiu que o líder do PDS, deputado Amaral Netto, uma das vozes tidas como mais radicais do grupo, não está na lista.

Dos 32 membros do Centrão que acabaram votando contra o grupo quando da apreciação da preferência para o substitutivo dos conservadores, Daso disse que já conseguiu "reconquistar" 11, que haviam, de acordo com ele, sido levados por uma manobra de desestabilização comandada pelos senadores Marco Maciel e José Richa, "que queriam aparecer como homens de conciliação".

A possibilidade de antecipar a votação das alterações do regimento também foi criticada ontem por outro líder do Centrão, o deputado Expedito Machado. Para mostrar a inviabilidade de mobilizar os constituintes para a terça-feira, Machado argumentou que "nessas alturas todo mundo viajou, está no interior e não vai conseguir nem avião para voltar a Brasília".

Em Brasília não ficaram mais de meia dúzia, comentou Expedito. "Quanto mais cedo votarmos, melhor, mas é preciso entender que para uma votação polêmica como essa precisa ter muita mobilização. O pessoal não vai cair do céu para aparecer no Congresso".

Amanhã os líderes do Centrão vão debater o assunto com o presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, que tem ainda um jantar marcado, no mesmo dia, com um dos principais porta-vozes do grupo, o deputado Roberto Cardoso Alves.

### Ulysses negocia mudança

Já está praticamente fechado o acordo em torno da mudança do Regimento Interno da Constituinte, com base no substitutivo da Mesa, elaborado pelo senador Mauro Benevides, e na proposta do deputado Afif Domingos. A proposta consensual permitiria apresentação de emendas até capitulos, exigência de 280 votos para preferência e um máximo de três emendas e seis destaques para cada constituinte.

O maior artifice do entendimento é o deputado Ulysses Guimarães, que reuniu ontem, durante todo o dia, em sua casa, ministros e lideranças do PMDB, entre elas o líder do Governo, Carlos Sant'Anna, e o relator da Sistematização, Bernardo Cabral. Participaram também os ministros Ivan Mendes, do SNI, Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, Renato Archer, da Previdência, e Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia.

### ENTENDIMENTO

O líder do Governo e representante do Centrão deixou a casa de Ulysses Guimarães falando na necessidade do entendimento, não apenas em relação ao Regimento Interno, mas também no que diz respeito aos pontos polêmicos do proje-

to, que "poderiam entrar em votação com um texto previamente acordado". Seria, segundo Carlos Sant'Anna, "o Cabral embonecado".

O líder do Governo disse ontem, após a reunião na casa de Ulysses Guimarães, que não aceita a antecipação, para terça-feira, da votação da mudança do Regimento Interno, como pretende o presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte. Sant'Anna argumentou que o acordo foi para votar na quarta-feira, e não quer correr o risco de ter o Centrão enfraquecido no plenário.

Ulysses Guimarães reunirá hoje, na casa do ministro Renato Archer, as diversas lideranças políticas e representantes do Centrão, provavelmente para fechar o acordo, mas também para avançar as negociações em torno dos temas polêmicos. Até o momento, eles estão discutindo o preâmbulo e os títulos I e II.

O deputado Bernardo Cabral levou para a reunião, na residência de Ulysses Guimarães, um estudo das emendas apresentadas até agora, mostrando que "se não houver entendimento, não teremos Constituição". O presidente da Constituinte não quis se pronunciar sobre o encontro.